



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
20 DE OUTURO DE 2015

N.º 21/2015

PRESIDÊNCIA: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

ANTES DA ORDEM DO DIA

	Pág.
1 – Realização de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal	4

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. – Mapas de Turnos ARS Norte 2016 – Emissão de parecer	4
2 – Projeto da Rota da Estrada Nacional 2 – Autorização da Despesa.....	4
3 – Acordo, homologado por sentença da Meritíssima Juíza do Julgado de Paz no dia 17/12/2013, e transitado em julgado no dia 27 do mesmo mês entre o Senhor Joaquim Emanuel Lopes da Silva Bastardo, a Senhora Ana Cristina Lopes da Silva Bastardo, o Município de Santa Marta de Penaguião e a Junta de Freguesia de Sever – Indemnização.....	5

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

4 – Prestação de Serviços – Contratação de Coveiro para o Cemitério Municipal – Modalidade de Contrato de Avença – Emissão de Parecer Prévio, Autorização de Realização de Despesa e Aprovação de Procedimento.....	6
5 – Prestação de Serviços - Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião – Emissão de Parecer Prévio.....	9
6 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência.....	12

Serviços de Tesouraria

7 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 02 a 15 de outubro de 2015.....	12
---	----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

8 – Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Santa Marta de Penaguião – Aprovação, para efeitos de Discussão Pública.....	13
---	----

-
- 9 – Fornecimento e Instalação de “Novas Luminárias” e “Balastros Eletrónicos Multinível” -
proc n.º 43/15 – Relatório Final..... 15
- 10 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54º da Lei n.º64/2003,
de 23 de agosto – Requerente: António Osório Cerdeira – Fontes..... 17

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços da Educação

- 11 – Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de
Fontes – Retificação de Valor..... 19

Serviços da Cultura

- 12 – Associação Caça e Pesca – 1ª Grande Montaria – Pedido de Apoio..... 19

Serviços de Desporto

- 13 – Monitorização e Coordenação de Atividades Desportivas, Recreativas e de Lazer a
Desenvolver pelo Município..... 20



ANTES DA ORDEM DO DIA

Realização de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal

----- 1 – O Senhor Presidente da Câmara Municipal, propôs aos restantes membros do Executivo a realização de uma reunião extraordinária para o próximo dia 29 de outubro, pelas 10:00 horas, com dispensa das formalidades constantes do n.º 2 do artigo 41.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. – Mapas de Turnos ARS Norte 2016 – Emissão de parecer

----- 1 – Presente à reunião e-mail da Senhora Diretora do Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., datado de 9 de outubro do corrente ano, a solicitar, nos termos n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, parecer sobre a escala de turnos referente às Farmácias do Concelho de Santa Marta de Penaguião, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável à escala dos turnos referentes às Farmácias do Concelho.** -----

Projeto da Rota da Estrada Nacional 2

Autorização da Despesa

----- 2 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----



----- “Foi com a lógica de pensar globalmente e agir localmente, e com o intuito de preservar a herança cultural e diferenciada da Estrada Nacional n.2, dos concelhos que atravessa, de todo o território Português e das suas gentes, assim como de ajudar no alavancar de toda a economia ligada ao turismo que foi traçado este projeto. -----

----- O Projeto da Rota da Estrada Nacional 2, gira em torno do potencial de uma estrada com uma mística e algo de lendário (antiga ESTRADA REAL), que a distingue de todas as outras. Foi Projetada como ligação entre Chaves e Faro num percurso vertiginoso pela espinha dorsal do país sendo a estrada nacional mais extensa de Portugal e a única que o atravessa de lés a lés. O potencial económico turístico que esta detém está infelizmente subaproveitado, bem como o potencial de um desenvolvimento nacional unilateral. -----

----- Após a adesão de 2 dezenas de Municípios, vimos propor para a assinatura do protocolo de intenções a realizar-se no dia 7 de Novembro aqui em Santa Marta, que se autorize a realização de despesas até 3000,00€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao valor de 3.000,00€ (três mil euros).** -----

Acordo, homologado por sentença da Meritíssima Juíza do Julgado de Paz no dia 17/12/2013, e transitado em julgado no dia 27 do mesmo mês entre o Senhor Joaquim Emanuel Lopes da Silva Bastardo, a Senhora Ana Cristina Lopes da Silva Bastardo, o Município de Santa Marta de Penaguião e a Junta de Freguesia de Sever – Indemnização

----- 3 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO-----

----- No passado recente, em audiência de julgamento e em tentativa de Conciliação, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 54/2013, de 31 de julho, o Senhor Joaquim Emanuel Lopes da Silva Bastardo, a Senhora Ana Cristina Lopes da Silva Bastardo, o Município de Santa Marta de



Penaguião e a Junta de Freguesia de Sever celebraram um acordo, homologado por sentença da Meritíssima Juíza do Julgado de Paz no dia 17/12/2013, e transitado em julgado no dia 27 do mesmo mês. -----

----- Memoremos que, desse acordo, resultou a obrigação do Município conjuntamente com a Junta de Freguesia de Sever, executar na propriedade dos senhores infra identificados, **“a vedação em toda extensão do respectivo limite, ao longo da estrada municipal, com rede de arame plastificado de cor verde, suportada por esteios de madeira de calibre 10/12 com altura de 2 m, espaçados entre si numa distância de 2 metros”**. -----

----- Neste lapso temporal, os proprietários manifestaram a vontade e o interesse de serem os próprios a executar a obra *in casu*, solicitação que não é despropositada, considerando que um procedimento concursal é moroso, complexo e fica mais oneroso para administração. -----

----- Assim, solicitou-se aos serviços técnicos a elaboração do orçamento dos trabalhos constantes no acordo, tendo sido apurado o valor de 12.000 € (doze mil euros), ao qual acresce o IVA. -----

----- Procedeu-se às negociações institucionais com os proprietários, tendo sido ajustado o pagamento sob a forma de indemnização no valor de 7.000 € (sete mil euros). -----

II – PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Em coerência com as razões de facto, tomo a liberdade de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar a indemnização no valor de 7.000 € (sete mil euros), para a execução dos trabalhos constantes no acordo outorgado entre o Senhor Joaquim Emanuel Lopes da Silva Bastardo, a Senhora Ana Cristina Lopes da Silva Bastardo, o Município de Santa Marta de Penaguião e a Junta de Freguesia de Sever homologado por sentença da Meritíssima Juíza do Julgado de Paz em 17/12/2013, e transitado em julgado no dia 27 do mesmo mês. -----

----- A presente despesa está prevista nos instrumentos de gestão financeira em vigor.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a indemnização no valor de 7.000,00€ (sete mil euros), para a execução dos trabalhos constantes no acordo outorgado entre o Senhor Joaquim Emanuel Lopes da Silva Bastardo, a Senhora Ana Cristina Lopes da Silva Bastardo, o Município de Santa Marta de Penaguião e a Junta de Freguesia de Sever, nos termos da proposta.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Prestação de Serviços – Contratação de Coveiro para o Cemitério
Municipal – Modalidade de Contrato de Avença – Emissão de Parecer
Prévio, Autorização de Realização de Despesa e Aprovação de
Procedimento**

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A gestão do cemitério municipal é uma matéria muito importante, pois mexe com a sensibilidade dos munícipes, daí que é necessário garantir a sua organização, a limpeza das covas e jazigos, cavar e cobrir as sepulturas, carregar caixões e realizar inumações e exumações, entre outras funções. -----

----- Assim e considerando a necessidade de contratar um coveiro para o cemitério Municipal, de modo a realizar as tarefas atrás enumeradas. -----

----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende contratar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista no orçamento do Município na rubrica 02 01.01.07; -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 75.º da LOE 2015, o valor do contrato a renovar não será objeto de redução remuneratória; -----

----- Considerando, finalmente, que a Assembleia Municipal em sessão de 27/12/2013, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA) e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de: -----

----- emitir, por força do disposto nos n.ºs 5, 12 e 14, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril,



66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à contratação de um **coveiro na modalidade de tarefa**, pelo prazo de 12 meses, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados: -----

----- **autorize** a realização da correspondente despesa com vista à aquisição da prestação de serviços no Cemitério Municipal; e -----

----- **aprove** o procedimento da formação do respetivo contrato por ajuste direto em regime simplificado, com convite ao o Sr. Alberto Coutinho da Fonseca pelo prazo de 12 meses, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de três anos e pelo valor de 3.600,00 €, isento de IVA.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, autorizar a realização da despesa no valor anual de 4.200,00€ (quatro mil e duzentos euros), isento de IVA e o procedimento de formação do contrato por ajuste direto em regime simplificado, nos termos da informação dos serviços.** -----

**Prestação de Serviços - Celebração de Contrato de Prestação de
Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião
– Emissão de Parecer Prévio**

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O contrato de prestação de serviços de seguros que o Município tem contratualizado para os vários ramos caduca no dia 31/12/2015, pelo que é necessário fazer um concurso público para a aquisição deste serviço. -----

---- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das



Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----

----- Considerando que o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, estabelece no seu artigo 24.º, n.º 1 que “nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a **contratação de prestação de serviços** ou recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa” cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

M

C

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 21 de 20 de outubro de 2015

----- Considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços de Seguros, pelo prazo de 12 meses, a iniciar no primeiro dia de janeiro de 2016, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos se nenhuma das partes o renunciar num prazo mínimo de 60 dias até ao limite de três anos, cumprindo o disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei 18/2009, de 29 de Janeiro; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o concurso público com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista nas rubricas orçamentais n.ºs 1.1.1. 02. 01.03.09.01, inscrita no n.º 2014/A/16 – Pj/Ac n.º 16/14, 1.1.1. 02. 01.03.09.01, inscrita no n.º 2014/A/17 – Pj/Ac n.º 17/14, 1.1.1. 02. 02.02.12, inscrita no n.º 2014/A/18 – Pj/Ac n.º 18/14, 1.1.1. 02. 02.02.12, inscrita no n.º 2014/A/19 – Pj/Ac n.º 19/14, 1.1.1. 02. 02.02.12, inscrita no n.º 2014/A/20 – Pj/Ac n.º 20/14 e 1.1.1. 02. 02.02.12, inscrita no n.º 2014/A/21 – Pj/Ac n.º 21/14, do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando, finalmente, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2015, o valor do contrato a celebrar não será objeto de redução remuneratória; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 27/12/2013, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA) e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei



n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à celebração do contrato de **prestação de serviços de Seguros**, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados. " -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de Seguros, nos termos da informação dos serviços. -----

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência

----- 6 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----

----- "Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.ª os atos celebrados nos meses de **setembro de 2015**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência. -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 02 a 15 de outubro de 2015

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 02 a 15 de outubro de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

M 1
e

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 21 de 20 de outubro de 2015

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	15/10/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	7 672 431,48
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	3 819 858,38
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	3 852 573,10
			(*) Compromissos	9 718 083,15
Receitas Orçamentais		7 791 930,72	Operações de tesouraria	460 230,69
Correntes	4 948 392,53		Saldo para o dia seguinte:	723 665,20
Capital	2 843 538,19		Execução orçamental	722 977,04
Operações de tesouraria		434 853,39	Operações de tesouraria	688,16
Total		8 856 327,37	Total	8 856 327,37

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação
de Santa Marta de Penaguião – Aprovação, para efeitos de
Discussão Pública**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- **“Considerandos:** -----

----- O Decreto-Lei n.º 136/2014, diploma legal que procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, entrou em vigor no passado dia 07 de janeiro do corrente ano. -----

----- Do ponto de vista estratégico, partindo da nota preambular do retrocitado diploma, tal alteração normativa teve em vista a prossecução dos seguintes objetivos: -----

----- a) Consolidação do necessário equilíbrio entre a diminuição da intensidade do controlo prévio das operações urbanísticas e o aumento da responsabilidade dos particulares; -----



----- b) Reforço do controlo público das operações urbanísticas voltado para o seu controlo sucessivo; -----

----- c) Reforço do esforço de simplificação dos procedimentos de aprovação das operações urbanísticas reguladas no diploma, mediante a introdução de um novo procedimento de comunicação prévia com prazo, o qual, quando devidamente instruído, não determina a prática, pela administração municipal, de qualquer ato permissivo. -----

----- Ora, perante tal alteração ao regime jurídico da urbanização e da edificação, pese embora o Decreto -Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, não ter fixado no seu clausulado normativo qualquer dever de alteração/revisão dos regulamentos municipais existentes, impõe-se o dever de atualização do articulado normativo do regulamento municipal de edificação e urbanização, em vigor no Município de Santa Marta de Penaguião, no sentido de o conformar com as alterações, formais e substantivas, introduzidas a tal regime jurídico, por força da publicação e entrada em vigor do citado diploma legal. -----

----- Neste contexto, o presente regulamento municipal da urbanização e da edificação, tem em vista permitir alcançar um duplo objetivo: -----

----- a) Por um lado, ajustar o mencionado regulamento ao conjunto de soluções, de natureza procedimental, técnica e administrativa, consagradas no Decreto -Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, com incidência prioritária no que diz respeito às condições de aprovação, execução e acompanhamento das operações urbanísticas, na senda do disposto sobre a matéria no seu artigo 3.º, passando o mesmo ainda a dar resposta normativa às áreas de intervenção abrangidas com uma dimensão inovadora pela última alteração do regime jurídico da urbanização e da edificação, nomeadamente em matéria de legalização das operações urbanísticas, definição da responsabilidade dos intervenientes na aprovação e acompanhamento das operações urbanísticas e, bem assim, no que diz respeito ao novo figurino de controlo prévio de tais operações assente na comunicação prévia com prazo. -----

----- b) Por outro lado, introduzir no regulamento municipal em causa algumas medidas corretivas alicerçadas na experiência prática da sua aplicação, considerando que algumas das soluções de partida nele consagradas acabaram por não se mostrar as mais adequadas, em vista a permitir disciplinar e/ou regulamentar, com eficácia, eficiência e transparência, as condições de aprovação, execução e acompanhamento das operações urbanísticas reguladas no regime jurídico da urbanização e da edificação. -----



----- Em síntese: O presente regulamento municipal da urbanização e da edificação de Santa Marta de Penaguião, pretende dar concretização ao dever de atualização do seu articulado normativo, considerando as recentes alterações introduzidas ao regime jurídico da urbanização e da edificação, com a publicação e entrada em vigor do Decreto -Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro. -----

----- Este regulamento será articulado com o Regulamento e tabela de taxas do Município de, uma vez que aí são reguladas as taxas específicas a aplicar, bem como as matérias referentes à sua liquidação. -----

----- Assim, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112º e no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual bem como na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e na alínea g) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar o projecto de Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, ora anexo e que faz parte integrante da presente proposta, para efeitos de consulta pública, a decorrer por um período de 30 dias úteis a contar da publicação da presente deliberação na 2.ª série do Diário da República, de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e submeter a consulta pública.** -----

Fornecimento e Instalação de “Novas Luminárias” e “Balastros Eletrónicos Multinível” - proc n.º 43/15 – Relatório Final

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o estipulado no artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho (CCP), no dia dezasseis de Outubro de dois mil e quinze, reuniu o júri do procedimento designado, por



deliberação da Reunião de Câmara (Ata n.º 17/2015, de 18 de Agosto) constituído pela Sónia Maria Garcia Catarino, Chefe de Divisão, Maria Adelaide Machado, Técnica Superior e Cristina Maria Martins Coelho, Assistente Técnica (suplente, em substituição do 2.º vogal), para procederem à elaboração, tal como dispõe o artigo 148.º do CCP, do relatório final relativo ao concurso público para adjudicação do fornecimento acima referido. -----


----- Tal como dispõe o artigo 146.º do CCP, foi efetuado o relatório preliminar seguido de uma audiência prévia escrita a todos os concorrentes (artigo 147.º do CCP) onde se apresenta a proposta de intenção de adjudicação, e da qual não se obteve qualquer reclamação, pelo que se mantêm os fundamentos explanados no relatório preliminar. -----

----- Face ao exposto e atendendo ao critério de apreciação, o Júri do procedimento é de parecer que o respetivo procedimento concursal seja adjudicado ao agrupamento de empresas “**IELAC, Lda & AMJR Unipessoal, Lda**”, **pela seguinte importância, para os respetivos lotes a concurso:** -----

- **Lote 1 – Novas Luminárias: 26 835,75 € (Vinte e seis mil, oitocentos e trinta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos).** A este preço acresce a taxa de IVA legal em vigor.
- **Lote 2 – Balastros Eletrónicos Multinível: 105 486,40 € (Cento e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e quarenta cêntimos).** A este preço acresce a taxa de IVA legal em vigor. -----

----- O procedimento identificado tem dotação orçamental no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2015, com classificação orçamental sob o código 3.4.2., rubrica económica 02/07.03.03.04 e Projeto/Ação n.º 99/2014 – ILUPUB Douro – Município de Santa Marta de Penaguião / Substituição do equipamento de iluminação.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, o Relatório Final, bem como adjudicar o fornecimento ao agrupamento de empresas “**IELAC, Lda & AMJR Unipessoal, Lda**”, nos termos da informação dos serviços. -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no
artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto
Requerente: António Osório Cerdeira – Fontes**

----- 10 – Presente à reunião requerimento do Senhor António Osório Cerdeira na qualidade de herdeiro da herança aberta por óbito de Manuel Pereira Cerdeira, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, António Osório Cerdeira, na qualidade de herdeiro da herança aberta por óbito de Manuel Pereira Cerdeira, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha, do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar da Fedegosa, com a área de 4311 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 390-B, da Freguesia de Fontes, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 3978. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 21 de 20 de outubro de 2015



----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujo, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
390-B	PDM	O prédio rústico insere-se em espaços florestais de produção

----- Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade na proporção de 2/3 indivisos para o requerente e o restante 1/3 indiviso para Ana Maria da Costa Cerdeira Taveira. -----

----- PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura pública de partilha visando a constituição de compropriedade no artigo 390-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Os serviços são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que o pedido em causa merece parecer favorável, para que o mesmo sirva para instrução no processo de escritura que o requerente pretende realizar.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----



DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços da Educação

**Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo com a
Junta de Freguesia de Fontes – Retificação de Valor**

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Relativamente aos protocolos dos transportes escolares assinados com as juntas de freguesia, proponho a alteração do valor do protocolo assinado com a freguesia de Fontes, uma vez que não obstante estar reduzido a uma só viagem faz quase igualmente os mesmos quilómetros. Por isso peço a retificação do valor a pagar para os 22€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à retificação do valor aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, em 15 e 25 de setembro de 2015, respetivamente, para o valor de 22,00€ (vinte e dois euros).** -----

Serviços da Cultura

**Associação Caça e Pesca – 1ª Grande Montaria
Pedido de Apoio**

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A Montaria é o processo de caça maior mais conhecido, provavelmente, de todos os caçadores portugueses. -----

----- Trata-se de um processo de caça que envolve muita gente (caçadores, pastores, carregadores, matilheiros e pessoal da organização) e que, por consequência, necessita de ser realizado numa área significativa de terreno, preferencialmente onde existam efetivos razoáveis de animais. -----



----- Por tudo isto, pelo trabalho que dá a organizar e pelos cuidados e regras a observar, não tem sido uma prática muito comum em Santa Marta. No entanto a Associação Caça e Pesca está empenhada em alterar isto. -----

----- Sendo esta a 1ª grande montaria a realizar, esta associação vem por este meio requerer um apoio pontual de 1.500,00€, por forma a transformar o evento numa referência atrativa na região.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), à Associação Caça e Pesca.** -----

Serviços de Desporto

Monitorização e Coordenação de Atividades Desportivas, Recreativas e de Lazer a Desenvolver pelo Município

----- 13 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Relativamente ao assunto em epígrafe e dada a necessidades de contratar este serviço para o bom funcionamento das Piscinas Municipais, é necessário dar início ao procedimento concursal para o efeito. -----

----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem



como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Assim, considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços de **monitorização e coordenação de atividades desportivas, recreativas e de lazer a desenvolver pelo Município**, pelo prazo de 9 meses e pelo valor estimado de **48.500,00 €**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor -----

----- Considerando que o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, estabelece no seu artigo 24.º, n.º 1 que *"nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviços ou recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa"* cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Considerando, no entanto, que nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das



áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da requalificação nas Autarquias). -----

----- Considerando que de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua atual redação. -----

----- Considerando que esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 17 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----

----- Considerando que no mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho do corrente ano. -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista na rubrica orçamental n.º 2.5.2. 02. 02.02.25, inscrita no n.º 2015/A/18 – Pj/Ac n.º 13/15 do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----



----- Considerando, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2015, o valor do contrato a celebrar não será objeto de redução remuneratória, uma vez que a natureza do serviço é diferente relativamente ao anteriormente adjudicado à mesma firma; -----

----- Considerando, finalmente, que a Assembleia Municipal em sessão de 27 de Dezembro último, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

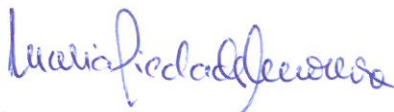
----- Face ao exposto submete-se à concordância do Executivo Municipal no sentido de deliberar, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **emitir parecer prévio** favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de **monitorização e coordenação de atividades desportivas, recreativas e de lazer a desenvolver pelo Município**, pelo prazo de 9 meses, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de monitorização e coordenação de atividades desportivas, recreativas e de lazer a desenvolver pelo Município, nos termos da informação dos serviços.** -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 21 de 20 de outubro de 2015

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

A Coordenadora Técnica,



(Maria da Piedade Ribeiro Moreira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)